



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedei  
Jofre

**PRIMEIRA REUNIÃO DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM VINTE E UM DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.** -----

----- **ATA NÚMERO OITO** -----

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e dez minutos, realizou-se na sede, sita na Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a primeira reunião da quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Catarina Marcelino Rosa da Silva, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Isidoro da Silva Santana, Primeiro Secretário e Excelentíssima Senhora Sandra Isabel Lopes, Segunda Secretária. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente. -----

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Fernanda Fernandes, Ricardo Bernardes, João Luís Barbosa e Débora Oliveira. **PSD** – Maria Ana Dias Neves, Pedro Nuno Vieira, Maria Teresa Tapadinhas Coelho, Nuno Alexandre Salpico e Pedro Ilhéu. **CDS** – Nuno Caetano e Carlos Umbelino Ferreira. **CDU** – Jorge Cordeiro, Avelino Antunes, Paulo Alexandre Jorge e Isabel Balreira. **BE** – Cipriano Pisco. **CH** – Alice Seixas. **IL** – André Ribeiro. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedeu  
J. M. L.

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta ou seus substitutos**: -  
**Junta da União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia** – Luís Miguel  
Morais (PS); -----  
**Junta de Freguesia de Canha** – Armando Piteira (PS); -----  
**União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro** – Ana Cristina Santos (PS); -----  
**União das Freguesias de Pegões** – Mário Rui Ferreira (PS); -----  
**Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes** – Júlio Mascarenhas (CDU). -----

Solicitaram **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia  
Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações  
introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro: -----

Deputado Municipal – António Carlos Ramos (PS), tendo sido substituído pelo  
Deputado Municipal, João Luís Barbosa. -----

Deputada Municipal – Isabel Grosso (PSD), tendo sido substituída pelo Deputado  
Municipal, Nuno Salpico. -----

Deputado Municipal – António Loureiro (CDS-PP), tendo sido substituído pelo  
Deputado Municipal, Nuno Caetano. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Dinora Caetano (CDU),  
tendo sido substituída pelo Secretário da Junta, Júlio Mascarenhas. -----

Presidente de Junta da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – Fernando  
Caria (PS), tendo sido substituído pela Secretária da Junta, Ana Cristina Santos. –

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara,  
Nuno Canta. Presentes também os senhores Vereadores: Joaquim Correia (CDU),  
Ilídio Massacote (PSD), e Nuno Catarino (CDU). -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
[Handwritten signatures]

Constatada a **existência de quórum**, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que a reunião iniciaria com a tomada de posse dos Deputados Municipais: **Débora Oliveira, Jorge Cordeiro e Paulo Alexandre Jorge**, cujos termos de posse passou a ler, respetivamente. -----

“O Senhor Deputado Municipal **José António Rocha Barbosa Caria**, eleito membro da Assembleia Municipal do Montijo, nas eleições autárquicas de 18 de outubro de 2021, na lista apresentada pelo PS, faleceu a 02 de agosto de 2023. -----

Com este falecimento, foi convocada a cidadã a seguir na suprarreferida lista, com disponibilidade imediata, tal como decorre do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e n.º 1 do artigo 11º do Regimento da Assembleia Municipal, operando-se a substituição de imediato. -----

Nestes casos, a Lei não preceitua que o órgão aprecie. Todavia, por tradição, por praxe administrativa, pratica-se o ato a que se confere solenidade e que contribui para dignificar o eleito e o órgão que integra, procedendo-se à tomada de posse que se vai seguir. -----

-----**TERMO DE POSSE**-----

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, perante a Assembleia Municipal e a Mesa composta por: -----

**PRESIDENTE** – Catarina Marcelino; -----

**1º SECRETÁRIO** – Isidoro Santana; -----

**2ª SECRETÁRIA** – Sandra Lopes. -----

Tomou posse a cidadã, **DÉBORA ALEXANDRA FIALHO OLIVEIRA**, que substitui o Deputado Municipal, **José António Rocha Barbosa Caria**, do PS, que depois de prestado o respetivo juramento, tomou lugar na bancada do seu grupo”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
L.P.  
H.P.

“O Senhor Deputado Municipal Francisco José Cunha do Rosário Pires Salpico, eleito membro da Assembleia Municipal do Montijo, nas eleições autárquicas de 18 de outubro de 2021, na lista apresentada pelo PCP, pediu suspensão ao mandato, de acordo com a alínea c), do n.º 3, do artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. -----

Com esta suspensão, foi convocado o cidadão a seguir na suprarreferida lista, com disponibilidade imediata, tal como decorre do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e n.º 1 do artigo 11.º do Regimento da Assembleia Municipal, operando-se a substituição de imediato. -----

Nestes casos, a Lei não preceitua que o órgão aprecie. Todavia, por tradição, por praxe administrativa, pratica-se o ato a que se confere solenidade e que contribui para dignificar o eleito e o órgão que integra, procedendo-se à tomada de posse que se vai seguir. -----

-----**TERMO DE POSSE**-----

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, perante a Assembleia Municipal e a Mesa composta por: -----

**PRESIDENTE** – Catarina Marcelino; -----

**1.º SECRETÁRIO** – Isidoro Santana; -----

**2.ª SECRETÁRIA** – Sandra Lopes. -----

**Tomou posse** o cidadão, **JORGE MANUEL CORDEIRO MAGRINHO**, que substitui o Deputado Municipal, Francisco José Cunha do Rosário Pires Salpico, do PCP, que depois de prestado o respetivo juramento, tomou lugar na bancada do seu grupo”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Cedeu  
H.  
H.S.

“A Senhora Deputada Municipal Elisabete Ferreira de Jesus dos Santos, eleito membro da Assembleia Municipal do Montijo, nas eleições autárquicas de 18 de outubro de 2021, na lista apresentada pelo PCP, pediu suspensão ao mandato, de acordo com a alínea c), do n.º 3, do artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. -----

Com esta suspensão, foi convocado o cidadão a seguir na suprarreferida lista, com disponibilidade imediata, tal como decorre do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e n.º 1 do artigo 11º do Regimento da Assembleia Municipal, operando-se a substituição de imediato. -----

Nestes casos, a Lei não preceitua que o órgão aprecie. Todavia, por tradição, por praxe administrativa, pratica-se o ato a que se confere solenidade e que contribui para dignificar o eleito e o órgão que integra, procedendo-se à tomada de posse que se vai seguir. -----

-----**TERMO DE POSSE**-----

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, perante a Assembleia Municipal e a Mesa composta por: -----

**PRESIDENTE** – Catarina Marcelino; -----

**1º SECRETÁRIO** – Isidoro Santana; -----

**2ª SECRETÁRIA** – Sandra Lopes. -----

**Tomou posse** o cidadão, **PAULO ALEXANDRE SOARES JORGE**, que substitui a Deputada Municipal, Elisabete Ferreira de Jesus dos Santos, do PCP, que depois de prestado o respetivo juramento, tomou lugar na bancada do seu grupo”. -----

Em seguida, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, deu as boas vindas aos senhores deputados, desejando-lhes um bom mandato. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
L. J. J.

Seguidamente, abriu o período destinado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, de acordo com o artigo 34º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. ----  
O público presente não interveio. -----

De seguida, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período de

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

E submeteu à aprovação as **Atas n.º 1 de 13 de janeiro, n.º 2 de 24 de fevereiro e n.º 3 de 27 de fevereiro**, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. --

A Senhora **Deputada Municipal – Isabel Balreira (CDU)**, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes e leu uma **Moção**, intitulada, **Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública. -----

Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhar de famílias. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
J.B. d.fer.

Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector. -----

Estas medidas não estão no chamado pacote “mais habitação”. Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional. -----

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano. -----

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida a 21/09/2023 delibera: -----

- Reclamar a adoção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital; -----

- Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ce de u  
F. de M.  
X

automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos; -----

- Exigir do Governo as ações necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes;
- Apelar à participação da população nas ações convocadas para o próximo dia 30 de setembro, em defesa do direito à Habitação”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes e disse: “Nós estamos disponíveis para viabilizar este documento pela abstenção, no pressuposto de, a CDU estar disponível para retirar aqui a última proposta do *“Apelar à participação da população nas ações convocadas para o próximo dia 30 de setembro, em defesa do direito à Habitação”*, que achamos que não deve ser essa a função de um órgão municipal, o que aconteceu também, em documento de teor igual, na câmara . Estamos disponíveis nesse pressuposto, em nome do princípio daquilo que deve ser a condução de respostas de habitação, sobretudo no contexto de crise de habitação em que vivemos. -----

Mas, não podemos fazer mais do que isso, porque temos aqui algumas discordâncias substanciais com o teor deste documento, duas essencialmente. Em primeiro lugar, ele tem aqui uma tônica ideológica que é muito própria do Partido Comunista, e que reflete a sua visão, designadamente sobre propriedade, que não é a do PS, será menos ainda de outros partidos à nossa direita, mas não é certamente a do Partido Socialista. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ce  
[Handwritten signatures]

Por outro lado, este documento faz tábua rasa daquelas que são as medidas, hoje já conhecidas e anunciadas, ao que estão a ser preparadas pelo governo, justamente sobre estas matérias, e em um documento que é dirigido ao governo, designadamente ao nível dos créditos à habitação, que como se sabe já foi anunciada uma medida de desconto de 30% nas taxas de juro, durante dois anos e ainda um alargamento das bonificações dos juros, para as famílias de baixos rendimentos. -----

Quanto ao limite de rendas, está também a ser estudada, como é do conhecimento de todos, uma medida neste sentido, mas também é verdade que este tipo de medidas devem ser sempre ponderadas com cuidado, no seu desenho e recorte, porque os efeitos que podem ter sobre o mercado, podem ser, eventualmente, contraproducentes e diferentes daqueles que pretendemos. Por outro lado, esta Moção faz aqui referência à estratégia local de habitação do município, mas depois, também faz tábua rasa sobre todas as outras respostas que o município tem e que estão planeadas, nomeadamente, a construção de cento e dez fogos no Esteval, sessenta na Caneira, do centro de acolhimento temporário, que já temos, e de todas as outras respostas que frequentemente já foram anunciadas e que já foram discutidas nesta assembleia, e que uma Moção sobre habitação que faz referência, à estratégia local de habitação no concelho, também não poderia apagar”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes e disse: “O que eu queria aqui referir relativamente a esta Moção, antes de mais, dizer que me vou abster, por uma razão, que é essencialmente, esta “esperteza”, que a CDU é pró a utilizar, que é



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
F  
H

dissimular um assunto sério para apelar à mobilização de pessoas e de um público que pretende conquistar utilizando este canal, e por isso eu recomendo que, nos vossos canais de comunicação o façam com toda a liberdade que têm. -----  
Relativamente às medidas, também não são muito sérias, são omissas naquilo que propõe concretamente, até inclusivamente, o governo acabou de anunciar, e não sendo a nossa posição e não colaborando linearmente com o que foi apresentado, mas, foram apresentadas umas medidas para redução, e, portanto, digo que esta Moção é extemporânea e neste local". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra cumprimentou todos os presentes e disse: “Relativamente à Moção apresentada pela CDU, nós queríamos referir três situações: a primeira, é que, estando num órgão autárquico, nada nos impede, obviamente, de falar de algo que é um verdadeiro problema nacional, a habitação. Estando num órgão autárquico, mencionar meramente a estratégia local de habitação, e acompanhando parte da crítica do Partido Socialista, a mesma é um dos documentos fundamentais da sua concretização. No entanto, é preciso não escamotear, que o Partido Socialista, e o documento não refere, portanto convidaríamos a CDU a fazer uma tónica mais local no documento, que o Partido Socialista, apesar de ter sido acompanhado pelos restantes partidos da oposição na aprovação de uma estratégia local de habitação, não consegue cumpri-la e não a vai cumprir. Neste momento, o Montijo, como podemos ver na própria estratégia e no acordo que foi assinado com o IRU, já devia ter gasto, praticamente quinze milhões de euros, à data, em 2023, e concretizado cerca de duzentas ações, ampliando a oferta habitacional e



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cede  
[Handwritten signature]

ajudando a resolver o problema. O Partido Socialista, no Montijo, revela uma incapacidade em cumprir, sequer, os documentos que faz aprovar e que assina. - O Partido Socialista, não tem estratégia para habitação, no Montijo, no País, e isso está à vista de toda a gente e é fundamental. Mas, teve estratégia para gastar três mil e seiscentos milhões de euros para ejetar e reverter a privatização de uma empresa que vai continuar a gastar dinheiro ao estado, como é a TAP, e nesse sentido foi acompanhado pelo Partido Comunista e pela CDU e esse dinheiro faz muita falta, hoje, para resolver estratégias vocacionadas para a habitação. -----

O Partido Socialista, o Partido Comunista, o Bloco de Esquerda, em determinado momento tiveram uma agenda contra o País, e neste momento estamos a sofrer essa agenda. Estamos a sofrer a todos os níveis e na habitação, a falta de investimento, é completamente notória. Portanto, neste momento, o estado tem problemas na habitação, na educação e na saúde, tudo fruto de uma política de reversão de situações que, obviamente, que o País beneficiaria noutros termos”.

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Senhor deputado Pedro Vieira, nós já conhecemos a eloquência do seu discurso, mas, não conhecíamos, ainda, os seus poderes de adivinhação. Ficamos agora a saber porque o senhor deputado proclama aqui solenemente o que é que vai acontecer no futuro. Eu não tenho essa capacidade, mas, admiro o senhor deputado e cá estaremos para ver se acerta nas suas previsões. -----

E, como não tenho capacidade para prever o futuro, vou aqui falar de factos conhecidos e que comprovam a estratégia para a habitação que o Partido Socialista tem, e que os cidadãos do Montijo, têm sucessivamente validado,



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedeu  
[Handwritten signature]

quando nos conferem vitórias eleitorais, uma estratégia que permite que o município do Montijo tenha um parque de habitação de mais de quatrocentos fogos, uma estratégia que permite que o município do Montijo, ao contrário da maior parte dos municípios das áreas limítrofes, atribua habitações sociais, praticamente todos os anos, uma estratégia que permite que o município do Montijo, tenha sido pioneiro na instalação de um centro de acolhimento para situações de emergência social em 2020, que já alargou e que tem previsto o seu alargamento, uma estratégia que permite que o município do Montijo, tenha preparado, submetido aos órgãos competentes e aprovado em tempo, a sua estratégia local de habitação, uma estratégia que permite que o município do Montijo, ter previsto construir cento e dez fogos no Esteval, sessenta na Caneira, mais trinta noutros dois lotes, estar a trabalhar em candidaturas ao PRR, nesse sentido, portanto, eu só posso falar sobre os factos do presente e do passado, e esses são relativamente cristalinos. -----

Agora, há um facto do passado, relativo ao PSD, que também é cristalino, que é a chamada lei Cristas, que foi uma reforma do regime de arrendamento urbano, aprovado pelo governo PSD/CDS, e que é hoje, unanimemente reconhecido como uma das principais causas da crise da habitação que atualmente vivemos. Portanto, também não é preciso ter poderes adivinhatórios, para chegar a essa conclusão". -----

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Seixas (CH)**, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes e disse: “Habitação, saúde, educação e pão, devia haver, mas não há. Tudo isto é o resultado da má governação de António Costa e de todos aqueles que apoiaram o governo e que ao longo de seis anos



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceber  
[Handwritten signatures]

aprovaram orçamentos, como é o caso da CDU, contribuindo assim, para a ruína em que o País se encontra. -----

O CHEGA vai abster-se e considera que a CDU deve assumir as suas responsabilidades, pelo caos que ajudou a criar no nosso País, enquanto durou o acordo com o Partido Socialista". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse: “É curiosa a eloquência do deputado Ricardo Bernardes., mas eu vou começar pelo fim, a lei Cristas, curioso, o Partido Socialista chega ao governo, a lei era tão má, junta-se com a CDU e com o Bloco de Esquerda, e consegue reverter tudo menos a lei Cristas, é incrível. Mas, a lei Cristas tem lá uma coisa que os senhores se calhar não leram, é que podia ser, ao fim de quatro anos, revista, e os senhores também não a reviram, portanto, não reverteram nem reviram a lei. Não o fizeram, porque interessava ao Partido Socialista, ao Partido Comunista e ao Bloco de Esquerda, terem-na como um saco de boxe e eu sei que não a reverteram, porque o aumento das rendas vem associado a um aumento enorme da carga fiscal. É por isso que ela se encontra ainda em vigor. E existe também, uma sobrecarga de um aumento de impostos resultantes de outra coisa de que o PS não se recorda, que foi o problema que impôs ao País, na altura do engenheiro Sócrates, fez aumentar a carga fiscal, e o PSD teve de fazer um enorme aumento de rendas, com o qual, o Partido Socialista, o PCP e o Bloco de Esquerda, não concordaram, mas, que não fizeram reverter, porque se aproveitaram dessa receita. Essa era uma receita transitória para passar um período de desgraça que o País tinha, e quando veio a bonança, o Partido Socialista não soube distribuir essa riqueza que vinha de um aumento de impostos e que se destinava a pagar



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures in blue ink.*

setenta e dois mil milhões de euros de um resgate financeiro. É preciso perceber as coisas. -----

É preciso perceber que falar de estratégia não é invocar projetos feitos há vinte anos. É preciso perceber que os senhores assinaram, eu também votei, uma estratégia que invocava determinada tipologia de investimento distribuída pelos anos, para 2022, 2023, 2024, 2025, vários milhões, tudo somado eram trinta e um, neste momento eram à roda de quinze, e não cumpriu nenhum desses milhões. Investiu meia dúzia de trocos, em projetos que não tinha preparados, que não fez e podia ter feito, mesmo antes de ter estratégia. Não se pode ter estratégia sem saber o que se vai fazer, ou o PS não sabia? Nós alertámos que aquela estratégia não era suficiente e que íamos ter um problema maior, e existe, de facto, um problema habitacional maior do que o previsto. O Partido Socialista anda sempre atrás dos problemas, não os resolve atempadamente, porque em 2022 não investiu, e vamos ver as contas de 2023, para perceber qual é a execução, ao nível do PRR". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes e disse: “Nós vamos tentar encontrar nesta Moção da CDU bondade da mesma, no sentido de a bem compreendermos. -----

O atual problema da habitação é um problema demasiado vasto e abrangente para se focar a sua resolução somente no Estado, como o documento assim o sugere. Não se vê aqui medidas que fomentem, permitam o aumento da oferta ou o aumento da construção por parte dos privados e diz que, no fundo, deixem que o mercado e as leis da república e aquilo que sempre regulou, de forma razoável, os preços e o mercado, possam funcionar. Também aqui, as rendas não





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ce...  
Fl...  
1/1/23

aumentarem mais que 0,43% em vez 7%, porquê 0,43%? É uma dúvida que gostaríamos que nos pudessem esclarecer. -----

Por outro lado, falam aqui falam aqui em algo positivo, uma moratória, para a parte de capital do crédito à habitação, tal e qual como foi feito no COVID, e que funcionou. -----

Depois, falam que sejam os bancos a pagar as diferenças das taxas de juro? Porquê? Porque é que não fizemos contratos com taxas fixas? Quisemos todos usar as taxas indexadas, que há mais de trinta anos são as mais baratas. Gastámos menos, por opção própria. Agora estão mais caras, faz parte da nossa escolha. Mas agora, já existe a benesse de mudar para a taxa fixa, aos atuais contratos indexados, mudamos as regras, já temos essa possibilidade. -----

Penso que devíamos estar aqui a discutir também, nesta moção, medidas imediatas de formação em literacia financeira para os jovens, para que não façam o que nós fizemos, que fomos pelo caminho mais barato sem percebermos bem o que estávamos a fazer. Mas, agora, os problemas são muito graves porque o povo continua a votar mal, e na realidade tivemos já hoje novas mediadas, não para aumentarem a nossa riqueza e autonomia, mas sim para subsidiar, mais uma vez, a nossa pobreza, a nossa ignorância sobre a ferramenta fantástica de riqueza e de progresso que é a democracia que temos à nossa disposição. -----

Esta moção termina como aquilo que é, uma moção de convocatória direta para que as pessoas se mobilizem para ir a uma manifestação e nós não concordamos com isso". -----

A Senhora **Deputada Municipal – Isabel Balreira** (CDU), no uso da palavra, disse: “Nós agradecemos as contribuições de todas as bancadas, relativamente a esta



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Ceder*  
*[Handwritten signatures]*

moção, mas, tendo em conta que isto é uma questão absolutamente fulcral e é uma questão de fundo de que são necessárias medidas que defendam o direito de acesso à habitação e que resolvam no concreto, os problemas que existem neste momento, com os empréstimos, com as moratórias e com os problemas que as pessoas têm no dia -a- dia para fazer face às despesas. Isso é que é evidente, porque quem tinha um crédito à habitação, como o senhor deputado do CDS muito bem disse, sabia qual era o crédito que estava a concretizar, o que não sabia era que passados seis meses ia existir este problema e que o crédito ia duplicar de valor e por isso é que é preciso tomar medidas adicionais, não é uma literacia financeira, é uma evidência. -----

Relativamente aos juros da banca, também é um facto, eles ganham muito dinheiro com isto, podiam ganhar muito menos e ajudar o povo. É verdade que as pessoas assinaram um contrato e que os juros eram muitíssimo mais baixos, mas aconteceu tudo isto e as prestações duplicaram para muitas pessoas e, neste momento, ficou incomportável pagá-las, assim como é incomportável pagar uma renda de casa de oitocentos ou novecentos euros para quem ganha setecentos e sessenta euros de ordenado mínimo. Isto é uma evidência. -----

Esta moção vem nesse sentido, despertar o município do Montijo, o povo em geral e o governo em particular para todas estas dificuldades que existem. Isto é muito simples de compreender, eu acho. -----

Portanto, relativamente à proposta do senhor deputado Ricardo Bernardes para tirar o último parágrafo da moção, nós achamos que o mesmo é imprescindível continuar, porque o povo tem que se mobilizar e fazer ver ao governo e a quem está no poder que, de facto, não podemos continuar assim. Há pessoas a morrer de fome e há pessoas a viver na Avenida Almirante Reis, que trabalham, mas não



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
[Handwritten signatures]

conseguem para a renda. O ordenado não chega para pagar casa, água, luz, gás, comida, e têm de escolher entre passar fome ou viver numa tenda”. -----

**DELIBERAÇÃO DA MOÇÃO APRESENTADA PELA CDU:** Aprovada com 6 votos a favor (5 da CDU e 1 do BE), 16 abstenções (11 do PS, 1 do PSD (Deputado Pedro Ilhéu), 2 do CDS, 1 do CH e 1 da IL) e 4 votos contra do PSD -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto:** “O Partido Socialista absteve-se na votação da presente moção, porque concorda com o princípio do reforço das respostas públicas à crise de habitação. Não votou favoravelmente este documento, no entanto, por duas razões: em primeiro lugar porque ele tem uma nora ideológica própria da CDU, que não é acompanhada pelo Partido Socialista, e em segundo lugar porque ele faz um apagão de todas as respostas em matéria de habitação que já existem, da parte do governo e sobretudo da Câmara Municipal, que tem procurado as respostas e as soluções adequadas aos problemas de habitação no concelho do Montijo. -----

Finalmente, lamentamos que o Partido Comunista e a CDU, ao contrário do que fez na Câmara Municipal, não tenha tido aqui, disponibilidade para retirar um ponto que faria com que este documento pudesse ser mais consensual, considerando aqui imprescindível, o que na Câmara não considerou e teve disponível para retirar”. -----

Continuando com o uso da palavra, o Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes**, leu um **Voto de Pesar pelo Falecimento de José Caria**, cujo teor passo



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
L.G. Silva

a transcrever: “No início do passado mês de agosto, faleceu o deputado Municipal José Caria. -----

José António da Rocha Barbosa Caria, teve um longo percurso político no Montijo e no poder local democrático: inicialmente ligado ao Partido Comunista Português, foi Vereador da Câmara Municipal e posteriormente Presidente da Câmara, eleito pela CDU em 1989; mais tarde aproximou-se do Partido Socialista e foi sucessivamente eleito membro da Assembleia Municipal, nas listas do PS, desde 1997. -----

No presente mandato autárquico, era membro do Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal do Montijo, onde intervinha sempre de forma ativa, preparada e militante. Para além disso, escrevia regularmente na comunicação social local e nos tempos livres dedicava-se à literatura e à poesia. -----

José Caria amava o Montijo, e o poder local democrático, que procurou sempre servir nas mais diversas funções que exerceu. O seu desaparecimento, constitui por isso uma perda para a nossa comunidade e para o poder local democrático no Montijo. -----

Por isso, o Grupo Municipal do PS na AM do Montijo, propõe que a AM Montijo, reunida na sessão de 21 de setembro de 2023, delibere: -----

1. Aprovar um voto de pesar pelo falecimento do deputado Municipal José Caria;
2. Guardar um minuto de silêncio em sua memória”. -----

**DELIBERAÇÃO DO VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ CARIA:**  
Aprovado por unanimidade. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedeu  
J.B. J.P.

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL FEZ UM MINUTO DE SILÊNCIO EM HOMENAGEM AO FALECIDO.** -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto**: “O Grupo Municipal do CDS-PP endereça as mais sentidas condolências à família enlutada, ao seu Partido atual, à Assembleia Municipal também, porque perdeu um eleito pelo povo ,e é com saudade que recordamos as longas intervenções do senhor deputado municipal José Caria, que tanto criticávamos, mas que representava uma forma legítima de combate político, interpretando-o de forma sábia. -----

Ao adversário político agradecemos o combate democrático e ao montijense, até um dia “. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Moção** com o título, **Pelo Reforço do Serviço Nacional de Saúde**, e com o seguinte teor: “No passado dia 15 de setembro, assinalaram-se 44 anos sobre a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS). -----

O SNS é um marco incontornável na História do nosso país, que está indissociavelmente ligado à figura de António Arnaut, Ministro dos Assuntos Sociais do II Governo Constitucional, liderado pelo PS. -----

Na origem, encontramos o despacho ministerial de 29 de julho de 1978 (justamente conhecido como «Despacho Arnaut»), que, alterando o paradigma de séculos, segundo o qual a prestação de cuidados de saúde dependia essencialmente das condições económicas de quem pudesse pagá-la, abriu os Serviços Médico-Sociais a todos os cidadãos,



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedeo  
[Handwritten signature]

independentemente da sua capacidade contributiva. Foi uma verdadeira antecipação do Serviço Nacional de Saúde, instituído formalmente com a Lei n.º 56/79, de 15 de setembro, a qual foi aprovada com os votos favoráveis do PS, do PCP, da UDP e do Deputado Brás Pinto e os votos contra do PSD, do CDS e dos deputados independentes sociais-democratas. -----

Neste percurso de mais de quatro décadas, muitos foram os marcos decisivos: assim, em 1983, no IX Governo Constitucional, é criada pela primeira vez a pasta da saúde, então tutelada por Maldonado Gonetha; um ano depois, fundou-se a Direção Geral dos Cuidados de Saúde Primários (pondo fim aos Serviços Médico-Sociais da Previdência); já no consulado de Cavaco Silva é aprovada a primeira Lei de Bases da Saúde e a Lei de Gestão Hospitalar; vinte anos depois, também em matéria de gestão e organização, são criados os Agrupamentos de Centros de Saúde, destacando-se, na segunda década do século XXI, o arranque do Portal do Utente e, finalmente, já com o Governo socialista de António Costa, o Plano Nacional de Prevenção e Controlo de Doenças Transmitidas por Vetores e a Estratégia Nacional para a Visão. -----

Por outro lado, se é certo que é imenso o salto qualitativo vivido em Portugal desde o 25 de abril, a área da saúde é uma daquelas onde esse fenómeno se revela com mais evidência, graças ao Serviço Nacional de Saúde e ao empenho e profissionalismo daqueles que diariamente o fazem. Tal o que mostram os principais indicadores, com destaque para a esperança média de vida, que aumentou progressivamente, e para taxa de mortalidade infantil, que está entre as mais baixas da União Europeia. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*C. de A.*  
*[Signature]*

Também no Montijo se fizeram inúmeros progressos, mas persiste um problema de insuficiência do número de médicos de família para a nossa população, que importa resolver. -----

A Câmara Municipal do Montijo, tem desenvolvido um trabalho muito significativo em defesa da melhoria da prestação dos cuidados de saúde no nosso concelho – com destaque para o papel que desempenhou na solução da nova USF Aldegalega – e, com a aceitação das novas competências no âmbito da Lei n.º 50/2018, já se disponibilizou para a construção de novos centros de saúde que reforcem a cobertura do nosso território (p. ex. no Bairro do Areias, nas antigas instalações da Puricoop). -----

Mas, mesmo neste novo quadro, continuam a ser da responsabilidade do Estado-Central, tarefas importantes para o funcionamento do SNS, como seja a contratação de médicos e de enfermeiros. -----

Por isso, o Grupo Municipal do PS na AM do Montijo propõe que a Assembleia, reunida na sessão de 21 de setembro de 2023, delibere: -----

1. Congratular-se por mais um aniversário do Serviço Nacional de Saúde, enaltecendo o seu papel na concretização do direito à saúde dos portugueses; -----
2. Pugnar pelo aprofundamento do Serviço Nacional de Saúde, universal e tendencialmente gratuito, nos termos da Constituição; -----
3. Instar as entidades competentes, no âmbito da área governativa da saúde, a desenvolverem as diligências necessárias à alocação de mais médicos de famílias aos centros de saúde do Montijo, em ordem a resolver o problema de falta de médicos de família no nosso concelho; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
H.  
J.

4. Que a presente Moção, uma vez aprovada, seja enviada às entidades mencionadas no número anterior” . -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse: “O SNS é mais um dos mitos em que o PS nos tenta aqui envolver nestas moções. De facto a saúde é um problema que nós temos em Portugal que se agravou neste anos de governação socialista, fruto da sua política ruínosa, uma vez mais, porque não se preocupa com o essencial e apenas com o acessório, um bocadinho como aqui no Montijo, onde enquanto se vai fazendo festas não se faz habitação, e se formos à Base Gov , verificamos onde é que são gastos os nossos recursos. ----- O SNS é mais um daqueles locais em que se percebe onde é que foram gastos os nossos recursos, em determinada altura. É preciso perceber que houve três momentos, em Portugal, em que houve bastante dinheiro, bastantes oportunidades, fruto de investimentos, seja da União Europeia, seja de ciclos económicos relevantes. O Partido Socialista, depois da troika, beneficiou de um País limpo dessa dívida e beneficiou de um momento de baixos juros, de acesso a financiamento e não conseguiu concretizar diversos investimentos que devia ter feito, nesse momento, na área da saúde, designadamente a consolidação do SNS. Portanto, vir aqui invocar, numa congratulação sobre o SNS esses factos, quando o governo atual, o Primeiro Ministro veio dizer que ia resolver o problema dos médicos de família, coisa que se verifica que foi completamente incapaz de resolver, foi incapaz de construir um hospital, que prometeu, em Setúbal, um hospital nacional, que faz falta, em Lisboa há quarenta anos. Portanto, o PS vir aqui invocar os quarenta anos do SNS, quando neste momento, grande parte da saúde é assegurada pelos privados, com despesas, seja por via de seguro de



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Cedra*  
*F. G.*  
*d. h. u.*

saúde, seja por via de grande esforço por parte de quem não tem dinheiro e tem de se deslocar aos serviços privados de saúde, serviços privados esses que só existem porque o governo do professor Cavaco Silva fez regulamentar uma lei de bases da saúde que abriu a possibilidade do setor social, e outros setores privados, acederem à saúde, para ampliar a falta de oferta que o SNS obviamente, não tem capacidade de suprir num País desenvolvido, como é assim em todo o lado. -----

No entanto, o PSD poderia votar contra esta moção, invocando que o seu nome está lá porque votou contra a lei, mas, de facto, é um facto, que o PSD votou contra a lei em 1979, justamente porque a lei não abrangia o setor social, não tinha a diversidade necessária, que toda a sociedade tem de contribuir e que não pode ser apenas o setor do estado, que vive à custa dos nossos impostos, portanto, tem de ser todo o setor, toda a capacidade instalada num País que se deve focar na melhoria da saúde. O Partido Socialista demorou quarenta anos para perceber isso, mas, neste momento já chegou onde o Partido Social Democrata estava em 1979, quando votou contra a lei”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, disse: “A posição do PSD quando estamos a discutir questões de saúde, é uma posição muito incómoda, não só efetivamente por esta questão histórica do voto contra a instituição do SNS, que o senhor deputado procurou agora reescrever a história, que está já fechada, e é o que é, mas sobretudo pela atuação recente, do governo do PSD e do CDS, o Dr. Passos Coelho, que fez o maior desinvestimento no SNS e nos serviços públicos da história democrática, com o objetivo claro da degradação da qualidade dos serviços públicos, para abrir porta à privatização de vários deles. Portanto, com este incómodo que naturalmente o PSD tem e na posição difícil



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cede  
H  
J

que tem em sustentar e apoiar estes factos históricos, procura naturalmente, apontar baterias aos seus adversários e ao governo do Partido Socialista. Senhor deputado, como toda gente sabe, os efeitos negativos dos cortes fazem-se sentir rapidamente, a recuperação que nós estamos a tentar fazer pode levar anos, o senhor tem um discurso eloquente, mas mais uma vez, falta-lhe os factos, como é muito frequente, em matéria de habitação, etc., eu citei há pouco uma série de factos sobre qual é a nossa estratégia e o senhor como não pode contradizê-los porque são verdade, fugiu pela tangente, e agora, em matéria de saúde, também é assim, por isso eu vou trazer aqui alguns factos que mostram o investimento que os governos do PS têm feito nesse setor, precisamente para procurar recuperar a situação caótica que herdámos dos governos do PSD. O SNS assistiu a um reforço do seu peso no orçamento, de mais 56%, comparado com o período da governação do PSD e do CDS, mais 20% de profissionais, mais 3,8 milhões de consultas, mais 80 mil cirurgias, portanto, se isto não é um investimento na recuperação do SNS, eu não sei o que é que será a fantasia para rebater os factos tem sempre alguma dificuldade”.

A Senhora **Deputada Municipal – Maria Teresa Tapadinhas Coelho (PSD)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Eu não sei de que realidade é que o senhor deputado Ricardo Bernardes fala porque todos sabemos que o SNS está em colapso. Eu acho que o SNS nunca esteve tão mau como está neste momento, basta vermos as pessoas que esperam por consultas eternamente junto dos centros de saúde e que não as têm, os médicos de família que não existem, há mais de um milhão de utentes sem médico de família, cirurgias adiadas nos hospitais porque há falta de médicos de todas as especialidades. Qual



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
J.B.  
J.P.

é a realidade de que está a falar? Não deve estar presente em hospitais ou centros de saúde. Não tem conhecimento do que se passa realmente”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Senhora deputada, a realidade que eu conheço é a realidade dos dados oficiais e é muito difícil refutar factos e dados oficiais. Quem o faz é que não pode mesmo viver na realidade daquilo que é o exercício que a senhora deputada parece ter aqui tentado encerrar. -----

Por outro lado, a afirmação que fez de que o SNS está em colapso, é uma afirmação que eu considero ofensiva para os profissionais de saúde que todos os dias dão o seu melhor para prestar um melhor serviço à população e que, por exemplo, passaram por uma prova decisiva e de forma bem-sucedida, durante o período da pandemia. Foi o SNS, que a senhora diz que está em colapso, que funcionou e deu uma resposta adequada, que os privados não deram, durante esse período. -----

Sim, o SNS tem problemas, como qualquer resposta pública do estado social, tem inclusivamente, alguns dos problemas que a senhora deputada aqui referiu, mas realmente, falta-lhe um pouco da contextualização histórica, que omitiu, depois, como referi, do desinvestimentos histórico que o governo do seu partido fez, e que eu compreendo que a senhora queira apagar, porque é unanimemente reconhecido como a causa dos problemas que nós estamos agora a sentir, se registou, são precisos anos para recuperar dos impactos negativos desse desinvestimento que foi feito nos quatro anos de governação do seu partido. Mas, nós estamos a fazer esse caminho, estamos certos de que será bem-sucedido e temos uma grande confiança no SNS e um grande respeito e uma



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
H.  
J.P.

grande consideração com os profissionais que o integram e que todos os dias dão o seu melhor pelos Portugueses”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Paulo Alexandre Jorge (CDU)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Queria fazer uma referência à intervenção do senhor deputado Pedro Vieira, que me faz lembrar aquele ditado popular, “Diz o roto ao nú porque não te vestes tu”, porque quer os governos do PSD/CDS e do PS, embora com pequenas variações de tonalidade ou de nuances diferentes, fizeram basicamente a mesma coisa que foi, fazer da saúde um negócio, delapidando o SNS de meios que lhe eram essenciais e beneficiando com isto, o negócio da saúde, nomeadamente dos grandes grupos económicos que são os donos dos hospitais privados que, neste momento, recebem verbas fabulosas que deviam ser aplicadas diretamente no SNS”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Maria Teresa Tapadinhas Coelho (PSD)**, no uso da palavra fez uma intervenção, que não foi possível ouvir, pelo que não consta em ata. -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, disse: “Tenho assistido àquilo que tem sido dito, portanto, o PCP tem sempre a ideia de nacionalizar tudo, penso que os Portugueses já todos perceberam a vossa mensagem e é só uma questão de tempo até acontecer o que tem acontecido a outros partidos, a sua extinção. Relativamente ao PS, tem fé que o SNS vá melhorar, porque continua a atribuir culpas sempre ao PSD e ao CDS, portanto, oiço com bastante satisfação que tem fé, mas acho que a fé não vai resolver





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Ceja*  
*[Handwritten signatures]*

efetivamente este problema. Mas, o que eu queria mesmo dizer é que fico bastante satisfeito pelo meu partido apresentar uma solução que consegue convergir o privado para o público e que ninguém está a entender esse sistema. É só utilizar o privado juntamente com o público e conseguir prestar um bom serviço de saúde às pessoas. De facto, as ideologias, depois, condenam esta visão, mas é só uma questão de tempo, à semelhança de que o PS reconheceu também que a TAP tem que ser privatizada novamente, demorou oito anos, espero que daqui a oito anos o PS mude de ideias e eventualmente também o PSD para nos acompanhar nessa proposta e que o SNS já esteja a funcionar em pleno, com o privado e o público, que é aquilo que defendemos”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Só duas notas relativamente a duas intervenções anteriores da CDU e do PSD. Começando pela intervenção da CDU, que associou e aproximou o PS e os governos do PS ao PSD e ao CDS, é um exercício que eu lamento profundamente, porque o PCP teve, na legislatura entre 2015 e 2019, oportunidade de apoiar alguns Orçamentos de Estado do governo do PS, que foram aprovados com o apoio do PCP e ainda bem que assim foi, porque conseguimos encontrar uma solução de governabilidade do País, mas dizia, Orçamentos que materializaram precisamente, boa parte deste investimento para recuperar e reverter a situação do SNS, em que nos deixou os governos do PSD e do CDS, portanto, lamento que os senhores tenham feito um apagão dessa história. -----

Quanto à intervenção da senhora deputada Teresa Tapadinhas não há muito dizer, eu faço política na base de factos e não na base de perceções, nem minhas nem de meus familiares, porque eu estou aqui em nome próprio, eleito pelo povo



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Ceder*  
*Sh.*  
*J.P.S.*

para fazer intervenção política nesse sentido. Quando fazemos intervenção política na base de percepções, as mesmas são tão ricas como a diversidade do universo, uma pessoa pode ter a percepção de que as coisas estão a melhorar, outra tem a percepção de que as coisas estão a piorar, uma terceira pode ter a percepção de que as coisas estão na mesma, portanto isso é uma perspetiva pobre e redutora, do meu ponto-de-vista, com o devido respeito, de fazer intervenção política. A senhora deputada disse que lhe interessam os números, eu compreendo, porque os números desmentem toda o que foi a intervenção da senhora deputada e também o que foi a intervenção do senhor deputado Pedro Vieira, em representação do seu grupo municipal. Os números mostram aquilo que são os factos, e a senhora deputada diz, e bem, que, contra factos não há argumentos, é que o governo do PS tem feito um investimento muito significativo para recuperar o SNS da crise em que os senhores o deixaram. O SNS tem problemas? Tem. Conseguimos resolver os problemas todos? Ainda não, mas, estamos a fazer um caminho nesse sentido e um caminho que os factos não deixam desmentir”.

O Senhor **Deputado Municipal – Paulo Alexandre Jorge (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Foi aqui falado em branqueamentos, é certo que o PCP/CDU votou pontualmente algumas medidas que favoreceriam o SNS, não votou outras que só reforçavam aquilo que referimos na intervenção anterior. O que é certo, é que esta moção não refere e branqueia sucessivas políticas dos vários governos, PSD, CDS e PS também, com essas medidas que nós não votamos, que não valorizam os profissionais de saúde, favoreceram e favorecem os privados de saúde, atribuindo-lhes cerca de 40% do orçamento do SNS, que seriam fundamentais



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
LH  
d. H.

para o não estrangulamento de um setor fundamental, como é a saúde em Portugal. -----

Foi por causa de três razões fundamentais que o PCP deixou de dar apoio parlamentar ao PS, nomeadamente, por causa do SNS, do código de trabalho e da habitação, daí termos votado alguns pontos e não termos votado outros, dado que considerávamos que uns seriam favorecedores da população e dos cuidados que devemos atribuir-lhe sempre, e outros unicamente beneficiariam uma política de benefício do grande capital". -----

**DELIBERAÇÃO DA MOÇÃO APRESENTADA PELO PS:** Aprovada com 13 votos a favor (11 do PS, 1 da IL e 1 do BE), 6 abstenções (5 da CDU e 1 do CH) e 7 votos contra (5 do PSD e 2 do CDS-PP). -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, leu a seguinte **Declaração de Voto:** “Saudar o SNS não é e não basta concretizá-lo no papel, é preciso executá-lo todos os dias. O PSD deixa e suporta o seu voto e fazemos nossas as palavras do Sindicato Independente dos Médicos. Concluíram a especialidade duzentos e quarenta e cinco médicos hospitalares este ano de 2023, contudo, o Ministério da Saúde abriu apenas trinta e quatro vagas hospitalares. O Ministério da Saúde não quer médicos recém especialistas no SNS. Após duzentos e quarenta e cinco médicos hospitalares terem concluído o internato com inqualificável atraso, foi publicado o mapa de vagas para a contratação de médicos especialistas, as especialidades estão carentes como a, anestesiologia, medicina interna, obstetrícia, cirurgia geral, pediatria, entre outras, não abriu sequer uma vaga. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedei  
de  
de

Fruto do desinvestimento, rescindiram mais de mil médicos em 2021, mais mil em 2022, a que se juntaram outros cerca de dois mil e trezentos médicos que se reformaram só nestes dois anos. -----

O Ministério da Saúde não permite contratar médicos de forma transparente, desrespeita a carreira médica, não fazendo concursos, a que está obrigado, desrespeita ainda, os Portugueses que terão ainda menos médicos no SNS e todos os médicos estando em formação, neste momento, no SNS deixam de acreditar no mesmo. Promove o nepotismo, o amiguismo, em contratações diretas, é um feroz ataque ao SNS e à carreira médica. -----

Fazendo nossas, uma vez mais, as palavras do sindicato dos médicos que todos os dias trabalham no SNS, o PSD votou contra a moção do PS, que não passa de palavras vãs”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e fez uma **Declaração de Voto**, com o seguinte teor: “Votei favoravelmente esta moção por respeito ao SNS, por respeito a António Arnault e a João Semedo, que trabalharam muito na defesa do SNS. -----  
Dizer também, que o PS podia ter colocado na moção, a vinda para o hospital do Montijo, tal como está no protocolo assinado no tempo da Doutora Amélia Antunes com o governo do PS, na altura, de uma ambulância permanente, que tanto tem sido reivindicada. No entanto, acho muito importante defender o SNS porque a situação está muito complicada”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez uma **Declaração de Voto**, com o seguinte teor: “O CDS votou contra esta moção,



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedei  
[Handwritten signatures]

que aparenta um texto bem conseguido, mas depois acaba por ter na sua defesa ideológica, um bocadinho e à moda da CDU, uma defesa com a qual não podemos concordar e esta Assembleia Municipal tem ficado demasiado presa ao passado e olhado pouco para o futuro. -----

O atual âmbito do SNS, que inclui os prestadores de saúde, os setores privados, social e corporativo, como se viu na altura da pandemia, em que, só não foi possível cuidarmos de mais Portugueses e evitarmos mais mortes, porque tínhamos uma ministra do PS, com uma ideologia de esquerda, que não quis incluir os privados na solução dos cuidados de saúde que os Portugueses precisavam, e tivemos ao mesmo tempo, as cativações centenárias do PS de Centeno, que foram superiores a qualquer outro corte que a saúde teve, até à data. -----

Portanto, nós, com este voto contra, estamos também, um bocadinho, contra o texto a que se refere a Câmara Municipal, tendo desenvolvido um trabalho muito significativo em defesa da melhoria da prestação de serviços. Isto pode ser melhorado, no futuro, basta olharem para o trabalho que está a ser feito na Câmara de Torres Novas e para o projeto “Bata Branca”, e o protocolo utilizado por várias câmaras, entre a União de Misericórdias de Portugal e as ARS’S, para que se possa fornecer, nos territórios de mais dificuldade, mais remotos, mais rurais, médicos a fazer sessenta horas semanais, a receber vinte sete euros à hora, como temos em Canha e como devemos ter mais, porque só o que temos não chega”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto**: “Eu queria apenas deixar claro que o sentido de



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures in blue ink.*

voto da IL foi favorável, porque entende que tudo o que sejam medidas que caminhem para o melhoramento do SNS, têm que ser votadas a favor, porém, eu já tinha manifestado o ponto de vista da IL, e não tenho tanta fé como o PS de que se vai resolver de imediato, portanto, já está apresentado um plano para juntar o privado ao público para prestar um serviço em conjunto e convirja para essa solução, mas ainda assim não queria deixar de votar a favor”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Débora Oliveira (PS)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e passou a ler uma **Recomendação**, cujo teor a seguir se transcreve: “A morte súbita cardíaca é causada por uma arritmia cardíaca chamada fibrilhação ventricular, que impede o coração de bombear o sangue. O único tratamento eficaz para a fibrilhação é a desfibrilhação elétrica que consiste na administração de choques elétricos ao coração parado, possibilitando que o ritmo cardíaco volte ao normal. -----

Após uma paragem cardiorrespiratória, cada minuto conta. Passados mais de 5 minutos, a probabilidade de sobreviver é quase nula. Por cada minuto que passa sem manobra de Suporte Básico de Vida e desfibrilhação, a hipótese de sobrevivência diminui 7 a 10%. -----

Muitas pessoas poderiam ser salvas se as testemunhas presentes no local ligassem o número de emergência (112) e iniciassem de imediato o Suporte Básico de Vida (SBV) e a desfibrilhação. Por este motivo, nas paragens cardiorrespiratórias em ambiente extra-hospitalar, utiliza-se um Desfibrilhador Automático Externo (DAE), que tem como função identificar o ritmo cardíaco ou fibrilhação ventricular presente em 90% das paragens cardíacas. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
[Handwritten signatures]

Nos locais onde o Programa de Desfibrilhação Automática Externa proporciona de imediato o Suporte Básico de Vida e o primeiro choque nos 3 minutos após o colapso cardíaco, a taxa de sobrevivência à morte súbita por fibrilhação ventricular é superior a 74%. -----

Atualmente, apenas 5% das vítimas de morte súbita sobrevivem em locais onde não existam Programas de DAE, capazes de providenciar SBV e desfibrilhação de forma rápida e eficaz. -----

Na realidade, um equipamento DAE pode ser utilizado por não Médicos desde que os seus utilizadores frequentem um curso de Suporte Básico de Vida em paragem cardíaca e em Desfibrilhação Automática Externa, ministrada por entidades acreditadas pelo INEM, e treinem prévia e adequadamente a utilização do equipamento. Por este motivo, em muitos países a aquisição e utilização de aparelhos DAE é livre e incentivada dado que pode não haver tempo para chamar o 112 e, por outro lado, os equipamentos DAE atuam de forma inteligente, aplicando o choque elétrico apenas quando comprovadamente necessário. -----

Considerando, portanto, que a existência de um Desfibrilhador Automático Externo (DAE) perto do local da ocorrência e de uma pessoa com formação e treino para executar as operações de reanimação da vítima são, portanto, fatores decisivos e determinantes para a sobrevivência de qualquer pessoa à morte súbita, por fibrilhação ventricular; -----

Considerando que o Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa (PNDAE) foi desenvolvido após a publicação do Decreto-Lei 188/2009, de 12 de agosto, e veio estabelecer as regras a que se encontra sujeita a prática de DAE por pessoal leigo em ambiente extra-hospitalar; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedei  
[Handwritten signatures]

Considerando que, volvidos mais de 10 anos sobre a publicação do Diploma legal que regulamentou a prática de DAE, verificou-se a necessidade de reavaliar o modelo implementado com o objetivo de continuar a expandir a utilização de DAE em Portugal. Por este motivo, no ano de 2018 foi criado o Grupo de Trabalho para a “Requalificação do Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa”, através do Despacho n.º 2715/2018 - Diário da república n.º 53/2018, Série II de 2018-03-15. Este grupo de trabalho teve como missão a análise do “Programa Nacional e Desfibrilhação Automática Externa (PNDAE)” e a elaboração de um Relatório com propostas devidamente fundamentadas que permitissem disseminar a utilização de DAE em Portugal e assim aumentar a probabilidade de salvar vítimas de paragem cardiorrespiratória; -----

Considerando que o Relatório final elaborado pelo grupo de trabalho esteve em discussão pública e elencou uma lista de recomendações para a evolução do PNDAE de modo a alargar o acesso à desfibrilhação. O documento em apreço aponta para a necessidade de aumento do número de locais com desfibrilhadores e de ter cada vez mais pessoas capacitadas para socorrer vítimas de paragem cardiorrespiratória usando estes equipamentos; -----

Considerando que o Relatório Final recomenda também a formação obrigatória em Suporte Básico de Vida (SBV) e em Desfibrilhação Automática Externa (DAE) para uma lista de prioridades e recomenda ainda que se torne obrigatória a existência de Programas de desfibrilhação em locais com circulação diária de 1.000 pessoas ou de especial risco, independentemente da afluência de pessoas, designadamente em estabelecimentos de ensino, ginásios e complexos desportivos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
[Handwritten signatures]

O Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Montijo propõe que a Assembleia, reunida na sessão de 21 de setembro, delibere recomendar à Câmara Municipal do Montijo que: -----

- Em conformidade com o Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa (PNDAE) e em articulação com o INEM, avalie a possibilidade de dotar os estabelecimentos de ensino do Concelho do Montijo de Desfibrilhadores Automáticos Externos, em conformidade com o Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa (PNDAE) e em articulação com o INEM, garantindo, simultaneamente, a formação necessária em Suporte Básico de Vida e em Desfibrilhação Automática Externa às equipas que forem nomeadas em cada estabelecimento de ensino para efetuar estas manobras de reanimação de emergência; -----

- Garanta a manutenção dos equipamentos de DAE, a assistência técnica adequada e todos os recursos necessários à execução do Plano de Desfibrilhação Automática Externa nos estabelecimentos de ensino do Concelho do Montijo, de modo a garantir a utilização imediata e efetiva de aparelhos DAE em situações de comprovada necessidade”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Seixas (CH)**, no uso da palavra, disse: “O CHEGA considera que seria uma mais valia a existência de DAE nos estabelecimentos de ensino, assim como também, a formação da comunidade educativa em suporte básico de vida e desfibrilhação. Todas as escolas deviam estar equipadas com este aparelho e devia haver mais instituições, também, a ter consciência de que, não ter este aparelho é a diferença entre a vida e a morte. Portanto o CHEGA vai votar favoravelmente este documento”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
[Handwritten signatures]

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse: “Quero agradecer ao grupo parlamentar do PS o trazer esta moção, que como podem ver na ata da Assembleia Municipal de 22 de novembro de 2019, o CDS também a apresentou, um bocadinho mais completa, mas é natural pois trata-se de um assunto no qual todas as pessoas normais estão de acordo, e até, todos os partidos políticos estão de acordo. A moção do CDS foi, na altura, aprovada por unanimidade, com reconhecimento de mérito do PS e da CDU, portanto agora, reciprocamente, o CDS está de acordo com esta proposta para que o PS, na Câmara Municipal do Montijo, seja obrigado a resolver e a implementar esta deliberação da Assembleia Municipal. Agora, passados quatro anos de idêntica moção do CDS, devemos ser mais corajosos na defesa da vida dos nossos munícipes. -----

No concelho da Covilhã, já instalaram onze desfibrilhadores, já existem cento e sessenta e seis pessoas formadas para os utilizar, a câmara já formou sessenta e seis funcionários, que estão preparados para intervir, a autarquia tem todas essas pessoas em prontidão, que não pretendem substituir o 112, claro, mas sim dar apoio à vítima enquanto os meios de socorro não chegam. -----

Aqui, nesta moção, devia-se aproveitar também, para recomendar, à Câmara Municipal para colocar desfibrilhadores em locais públicos, onde existam mais idosos, mais população, mais desportistas, como, junto à estação dos autocarros, nos pavilhões polidesportivos, nas freguesias mais remotas, à PSP, aos dois corpos da GNR e à Proteção Civil”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
JG  
J.P.

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, disse: “Eu só queria sugerir que isto fosse alargado aos pavilhões e campos desportivos”. –

O Senhor **Deputado Municipal – João Barbosa** (PS), no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, e disse: “Pegando um pouco nas palavras do senhor deputado do CDS, eu iria propor também uma adenda a esta recomendação, que era a inclusão e a colocação de desfibriladores em todos os polos do concelho, onde os séniores exercem as suas atividades, Academias e Universidade Sénior”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Isabel Balreira** (CDU), no uso da palavra, disse: “A bancada da CDU acompanha esta recomendação do PS porque é fundamental este equipamento, como já foi dito, faz a diferença entre a vida e a morte e acompanhamos também aquilo que o senhor deputado Cipriano Pisco, disse de juntar também este equipamento, além das escolas, aos pavilhões, aos equipamentos desportivos, que são locais onde existe esforço físico e onde podem acontecer, e já aconteceu, situações de saúde grave. A existência da máquina faz toda a diferença e é um investimento absolutamente fundamental”.

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes** (PS), no uso da palavra, disse: “Nós vamos acrescentar o trecho referido na intervenção do senhor deputado João Barbosa e aqui articulado entre nós, mas, embora entendamos que a câmara poderá ponderar, no âmbito das suas atribuições, em que matérias é que pode intervir, achamos que não faz sentido acrescentar mais aspetos ao teor da recomendação, pelo seguinte: porque há equipamentos, em que, por força da lei,



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceja  
Lb  
dife

já é obrigatório a existência destes mecanismos e não faz sentido que nós recomendemos à Câmara Municipal suprir o incumprimento que as entidades que estão obrigados a disponibilizar esses equipamentos que neste momento estão em prática, porque aquilo que diz a lei é que esses equipamentos têm que existir em espaços com mais de um determinado número de pessoas, portanto, nas escolas, nos espaços para séniores, não é obrigatório, resulta de uma recomendação aprovada pela Assembleia da República, ao governo, mas, não é obrigatória. Em espaços em que é obrigatória, nós estarmos a recomendar à câmara que instalasse, seria desonerar os responsáveis por esses espaços que espero que tenham obrigação de providenciar a instalação desses equipamentos, e que se não o fizeram estão em incumprimento. Não nos parece que faça sentido". -----

Assim, a **Recomendação** apresentada pelo PS passa a ter a seguinte redação: "A morte súbita cardíaca é causada por uma arritmia cardíaca chamada fibrilhação ventricular, que impede o coração de bombear o sangue. O único tratamento eficaz para a fibrilhação é a desfibrilhação elétrica que consiste na administração de choques elétricos ao coração parado, possibilitando que o ritmo cardíaco volte ao normal. -----

Após uma paragem cardiorrespiratória, cada minuto conta. Passados mais de 5 minutos, a probabilidade de sobreviver é quase nula. Por cada minuto que passa sem manobra de Suporte Básico de Vida e desfibrilhação, a hipótese de sobrevivência diminui 7 a 10%. -----

Muitas pessoas poderiam ser salvas se as testemunhas presentes no local ligassem o número de emergência (112) e iniciassem de imediato o Suporte





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carde  
[Handwritten signatures]

Básico de Vida (SBV) e a desfibrilhação. Por este motivo, nas paragens cardiorrespiratórias em ambiente extra-hospitalar, utiliza-se um Desfibrilhador Automático Externo (DAE), que tem como função identificar o ritmo cardíaco ou fibrilhação ventricular presente em 90% das paragens cardíacas. -----

Nos locais onde o Programa de Desfibrilhação Automática Externa proporciona de imediato o Suporte Básico de Vida e o primeiro choque nos 3 minutos após o colapso cardíaco, a taxa de sobrevivência à morte súbita por fibrilhação ventricular é superior a 74%. -----

Atualmente, apenas 5% das vítimas de morte súbita sobrevivem em locais onde não existam Programas de DAE, capazes de providenciar SBV e desfibrilhação de forma rápida e eficaz. -----

Na realidade, um equipamento DAE pode ser utilizado por não Médicos desde que os seus utilizadores frequentem um curso de Suporte Básico de Vida em paragem cardíaca e em Desfibrilhação Automática Externa, ministrada por entidades acreditadas pelo INEM, e treinem prévia e adequadamente a utilização do equipamento. Por este motivo, em muitos países a aquisição e utilização de aparelhos DAE é livre e incentivada dado que pode não haver tempo para chamar o 112 e, por outro lado, os equipamentos DAE atuam de forma inteligente, aplicando o choque elétrico apenas quando comprovadamente necessário. -----

Considerando, portanto, que a existência de um Desfibrilhador Automático Externo (DAE) perto do local da ocorrência e de uma pessoa com formação e treino para executar as operações de reanimação da vítima são, portanto, fatores decisivos e determinantes para a sobrevivência de qualquer pessoa à morte súbita, por fibrilhação ventricular; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'C. de A.' and another illegible signature.*

Considerando que o Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa (PNDAE) foi desenvolvido após a publicação do Decreto-Lei 188/2009, de 12 de agosto, e veio estabelecer as regras a que se encontra sujeita a prática de DAE por pessoal leigo em ambiente extra-hospitalar; -----

Considerando que, volvidos mais de 10 anos sobre a publicação do Diploma legal que regulamentou a prática de DAE, verificou-se a necessidade de reavaliar o modelo implementado com o objetivo de continuar a expandir a utilização de DAE em Portugal. Por este motivo, no ano de 2018 foi criado o Grupo de Trabalho para a “Requalificação do Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa”, através do Despacho n.º 2715/2018 - Diário da república n.º 53/2018, Série II de 2018-03-15. Este grupo de trabalho teve como missão a análise do “Programa Nacional e Desfibrilhação Automática Externa (PNDAE)” e a elaboração de um Relatório com propostas devidamente fundamentadas que permitissem disseminar a utilização de DAE em Portugal e assim aumentar a probabilidade de salvar vítimas de paragem cardiorrespiratória; -----

Considerando que o Relatório final elaborado pelo grupo de trabalho esteve em discussão pública e elencou uma lista de recomendações para a evolução do PNDAE de modo a alargar o acesso à desfibrilhação. O documento em apreço aponta para a necessidade de aumento do número de locais com desfibrilhadores e de ter cada vez mais pessoas capacitadas para socorrer vítimas de paragem cardiorrespiratória usando estes equipamentos; -----

Considerando que o Relatório Final recomenda também a formação obrigatória em Suporte Básico de Vida (SBV) e em Desfibrilhação Automática Externa (DAE) para uma lista de prioridades e recomenda ainda que se torne obrigatória a existência de Programas de desfibrilhação em locais com circulação diária de



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*C. C. C.*  
*[Handwritten signatures]*

1.000 pessoas ou de especial risco, independentemente da afluência de pessoas, designadamente em estabelecimentos de ensino, ginásios e complexos desportivos. -----

O Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Montijo propõe que a Assembleia, reunida na sessão de 21 de setembro, delibere recomendar à Câmara Municipal do Montijo que: -----

- Em conformidade com o Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa (PNDAAE) e em articulação com o INEM, avalie a possibilidade de dotar os estabelecimentos de ensino do Concelho do Montijo de Desfibrilhadores Automáticos Externos, e os espaços dos projetos municipais destinados à população sénior, em conformidade com o Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa (PNDAAE) e em articulação com o INEM, garantindo, simultaneamente, a formação necessária em Suporte Básico de Vida e em Desfibrilhação Automática Externa às equipas que forem nomeadas em cada estabelecimento de ensino para efetuar estas manobras de reanimação de emergência; -----

- Garanta a manutenção dos equipamentos de DAE, a assistência técnica adequada e todos os recursos necessários à execução do Plano de Desfibrilhação Automática Externa nos estabelecimentos de ensino do Concelho do Montijo, de modo a garantir a utilização imediata e efetiva de aparelhos DAE em situações de comprovada necessidade". -----

**DELIBERAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO PS:** Aprovada por unanimidade. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cede  
R  
J

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez uma **Declaração de Voto**, com o seguinte teor: “Queremos dizer que votámos a favor porque, já em 2019 trouxemos esta Recomendação à câmara, como Moção, aliás, esperamos que agora proposta pelo PS tenha execução na Câmara Municipal, acreditamos que sim. No entanto, achamos que fica muito tímida, neste aspeto de não especificar à Câmara Municipal, que era fundamental olhar para as pessoas, em vez de olhar para as leis e nós temos um concelho com locais e freguesias remotas, temos até, a freguesia de Pegões que tem os bombeiros mais próximos, em Canha, temos a noção, tal como, e muito bem, a Moção refere que ao fim de cinco minutos é praticamente irreversível a condição de morte súbita pela síncope cardiorrespiratória, portanto, é fundamental ter um equipamento destes em Pegões, que tem também uma unidade de universidade sénior, em Sarilhos, na Atalaia, e também nas entidades que, em caso de urgência e emergência, chegam mais rapidamente junto das vítimas e das situações, que são, a PSP, a GNR e a Proteção Civil”.

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto**: “O PSD vota a presente Moção mesmo, a mesma sendo muito redutora por parte da redação dada pelo Partido Socialista, lamentando que o Partido Socialista não compreenda que as recomendações podem indicar a supressão de faltas legais, também, como por exemplo, a falta de acessibilidade, no cumprimento da lei, da sala da assembleia, onde estamos.”.

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, leu uma **Recomendação**, intitulada, **Segurança Rodoviária – Estrada do Peixe e Rua das**



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cesca  
[Handwritten signatures]

**Forças Armadas** e cujo teor a seguir se transcreve: “Dirijo-me a vossas excelências como munícipe, automobilista e representante de um grupo de munícipes que habitam na Freguesia da Atalaia, Alto-Estanqueiro e Jardia e manifestaram a sua legítima preocupação relativamente à segurança rodoviária na estrada do Peixe e na rua das Forças Armadas, sita na mesma Freguesia. -----

Abaixo descrevo a situação que merece toda a atenção dos Deputados aqui representados e posteriormente merece a intervenção dos serviços responsáveis por esta área da Câmara Municipal do Montijo. -----

Nas vias designadas como estrada do Peixe e rua das Forças Armadas, recomenda-se a colocação de lombas e faixas horizontais de desaceleração sempre que exista uma urbanização próxima ou cruzamento. Esta recomendação justifica-se com os veículos que circulam em excesso de velocidade permanentemente naquelas vias, colocando em constante perigo os automobilistas terceiros, assim como a pessoas que por ali circulam sem bermas ou passeios que lhes ofereça a segurança à sua vida, e bens, nomeadamente infraestruturas públicas e habitações particulares, que estão permanentemente em risco de serem destruídas. -----

Com a certeza de que esta medida contribuiria sem dúvida para uma maior segurança rodoviária, assim como a segurança das crianças e peões que por ali circulam, entende a Iniciativa Liberal de Montijo, representada pelo seu eleito, solicitar a esta Assembleia que delibere sobre esta recomendação”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Nós estamos disponíveis para votar a favor desta recomendação, mas iríamos propor a seguinte alteração: no segundo parágrafo, onde especifica que as





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedei  
[Handwritten signatures]

mediadas devem ser *“colocação de lombas e faixas horizontais de desaceleração”*, a nossa sugestão é que seja substituída esta recomendação específica para estas medidas em concreto, para uma recomendação mais genérica, com uma redação parecida, *“recomenda-se que sejam adotadas as medidas técnicas adequadas para promover a solução rodoviária ou para resolver o problema”*. Porquê? Porque nós, no grupo municipal do PS, não temos conhecimento técnico para avaliar se estas medidas que os senhores aqui dizem são efetivamente as mais adequadas, eventualmente podem haver pessoas que tenham, noutros grupos municipais, mas a Assembleia Municipal não está vocacionada para fazer esse tipo de avaliação técnica, nem tem serviços para isso, quem tem é a câmara. Portanto, estando a favor do princípio que é a promoção da segurança rodoviária, achamos que, por essa razão, seria mais prudente esta redação mais genérica”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Paulo Alexandre Jorge (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Esta recomendação feita pelo senhor deputado da IL, deveria ser feita na qualidade de deputado e não de munícipe porque não estamos no período do público, mas em relação ao objetivo desta recomendação, estamos plenamente de acordo. No entanto, estamos também de acordo com a observação e a sugestão de alteração propostas pelo senhor deputado Ricardo Bernardes”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, disse: “Eu acompanho a CDU e posso, se assim entender, retirar a palavra munícipe e estou totalmente aberto também para mudar o texto conforme a proposta do PS”. ----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Ceder*  
*Lo*  
*dfp*

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “De facto a formulação da **Recomendação** não é a convencional, mas tendo uma proposta concreta a ser deliberada, entendeu a Mesa, aceitar a mesma”. -----

Assim, a **Recomendação** sobre **Segurança Rodoviária – Estrada do Peixe e Rua das Forças Armadas**, apresentada pela IL, passa a ter a seguinte redação: “Dirijome a vossas excelências como representante de um grupo de munícipes que habitam na Freguesia da Atalaia, Alto-Estanqueiro e Jardía e manifestaram a sua legítima preocupação relativamente à segurança rodoviária na estrada do Peixe e na rua das Forças Armadas, sita na mesma Freguesia. -----

Abaixo descrevo a situação que merece toda a atenção dos Deputados aqui representados e posteriormente merece a intervenção dos serviços responsáveis por esta área da Câmara Municipal do Montijo. -----

Nas vias designadas como estrada do Peixe e rua das Forças Armadas, recomenda-se que sejam as medidas técnicas adequadas para resolver o problema sempre que exista uma urbanização próxima ou cruzamento. Esta recomendação justifica-se com os veículos que circulam em excesso de velocidade permanentemente naquelas vias, colocando em constante perigo a integridade física dos automobilistas terceiros, assim como a das pessoas que por ali circulam sem bermas ou passeios que lhes ofereça a segurança à sua vida, e bens, nomeadamente infraestruturas públicas e habitações particulares, que estão permanentemente em risco de serem destruídas. -----

Com a certeza de que esta medida contribuiria sem dúvida para uma maior segurança rodoviária, assim como a segurança das crianças e peões que por ali



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder.  
[Handwritten signatures]

circulam, entende a Iniciativa Liberal de Montijo, representada pelo seu eleito, solicitar a esta Assembleia que delibere sobre esta recomendação”. -----

**DELIBERAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELA IL:** Aprovada por unanimidade. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Ana Dias Neves (PSD)**, no uso da palavra, leu um **Voto de Saudação**, cujo teor a seguir se transcreve: “A Diocese de Setúbal recebeu hoje a grata notícia da designação do Sr. D. Américo Aguiar, cardeal, como bispo de Setúbal, por parte do Papa Francisco, ao fim de quase dois anos sem bispo. -----

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida neste dia 21 de Setembro de 2023, saúda o novo bispo de Setúbal, dá-lhe as boas-vindas ao nosso território nesse cargo tão relevante para todos os batizados e pessoas de boa vontade e deseja-lhe as maiores felicidades no desempenho de cargo, transportando para o mesmo toda a capacidade de liderança, eficácia e bonomia que lhe foi reconhecida como organizador das Jornadas Mundiais da Juventude. -----

A bancada do PSD convida assim todos os deputados da Assembleia Municipal a associarem-se neste voto de saudação”. -----

A Intervenção do senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, não foi possível ouvir, pelo que não consta em ata. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes, e disse “A título pessoal eu vou votar contra, porque



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
#6. #10.

considero que, como representante eleita em funções políticas de um estado laico, não tenho que me exprimir acerca da hierarquia de qualquer igreja, seja qual for". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Paulo Alexandre Jorge** (CDU), no uso da palavra, disse: "Só gostaríamos de declarar que estamos plenamente de acordo com as declarações anteriormente feitas". -----

**DELIBERAÇÃO DO VOTO DE SAUDAÇÃO APRESENTADO PELO PSD:** Aprovado com 14 votos a favor (6 do PS, 5 do PSD, 2 do CDS e 1 do CH), 4 abstenções (3 do PS (Deputados(as) Catarina Marcelino, João Barbosa e Sandra Lopes) e 1 da IL) e 8 votos contra (2 do PS (Deputadas Fernanda Fernandes e Débora Oliveira) e 1 do BE). -----

A **Declaração de Voto** do senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), não foi possível ouvir, pelo que não consta em ata. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Paulo Alexandre Jorge** (CDU), no uso da palavra, disse: "Eu vou apresentar uma **Declaração** e vou ser porta-voz do meu camarada Avelino. O meu camarada pretende apresentar um veemente protesto pelo gesto feito pelo senhor deputado do CDS, que enquanto fazia a saudação Nazi se ria quando votou. Consideramos isto inaceitável e apresentamos o nosso protesto".



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*C. Fernandes*  
*F. Neves*  
*P. Presidente*

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Eu pretendo que a minha intervenção que antecedeu e que fez parte da discussão deste ponto seja considerada como **Declaração de Voto**”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Ana Dias Neves (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Eu só queria justificar que sei bem, tanto a título pessoal como a minha bancada sabe, o que é um Estado laico e o que é um Estado teocrático. Nós temos um estado laico, só que, infelizmente, vejo aqui muitas pessoas das outras bancadas a defender a laicidade sob o ponto de vista negativo, da exclusão da vida religiosa da vida social, e a melhor interpretação da nossa constituição, das nossas tradições, e, principalmente, do sentir do povo Português na sua globalidade, na sua história e na sua cultura, é da laicidade no sentido positivo do termo da inclusão. Portanto, o nosso Estado é da inclusão de todas as sensibilidades religiosas”. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Eu queria dizer à bancada da CDU que estou na Mesa com dois colegas e não vimos nenhuma saudação Nazi nesta sala, aliás se eu visse uma saudação Nazi nesta sala seria a primeira pessoa a tomar posição sobre um ato dessa natureza. Não vi, não tenho nenhuma razão para achar que o senhor deputado do CDS fez uma saudação Nazi. Isso é uma situação de grande gravidade que não me parece de todo que tenha acontecido nesta sala, e, portanto, gostava de deixar reiterado, que se acontecesse uma situação dessas numa Assembleia Municipal dirigida por mim ou por esta Mesa, evidentemente que tomaríamos uma posição e interromperíamos a sessão. Nós



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceja  
F. B.  
d. p.

não vimos esse gesto e, portanto, não concorda e não segue aquilo que é a declaração da CDU”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS)**, no uso da palavra, fez a seguinte **Declaração de Voto**: “Pessoalmente, pudesse eu não concordar com a nomeação de D. Américo Aguiar, por ser um ex-deputado municipal pelo Partido Socialista da Assembleia Municipal de Matosinhos, é o futuro Bispo de Setúbal e um futuro Cardeal de Portugal, em representação de Portugal, votaria sempre a favor da opinião dos eleitores que aqui represento e que estão gratos por esta nomeação de D. Américo Aguiar para o Distrito de Setúbal”. -----

Em seguida, o senhor **Deputado Municipal** solicitou a palavra em **Defesa da Honra**, e disse: “Relativamente ao que aqui ouvi, só tenho um comentário a fazer, é que, estupidez e varicela mais vale ter em pequeno, para não vir para aqui fazer estas figuras”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra leu uma **Declaração Política** sobre o princípio da laicidade, com o teor que abaixo se transcreve: “O princípio da laicidade é o princípio que garante aos indivíduos total liberdade de culto em termos religiosos, abstendo-se o estado de adotar para si qualquer confissão”. -----

Continuando com o uso da palavra, a senhora **Deputada Municipal - Fernanda Fernandes (PS)**, leu outra **Declaração Política**, sobre a abertura do ano letivo



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Ceja*  
*João*

2023/2024, cujo teor a seguir se transcreve: “As nossas crianças e jovens regressaram às aulas. -----

Regresso marcado, este ano, pela sombra da falta de pessoal docente em algumas áreas de ensino, a nível nacional, mas sobretudo nas áreas da grande Lisboa e Grande Porto. Urge que o Governo da República assuma medidas de revalorização da classe docente, de modo a tornar a docência atrativa para os jovens que escolhem a sua carreira profissional. -----

A Educação pública é um dos elementos centrais da civilização e da democracia e os custos do seu enfraquecimento são incalculáveis. -----

No Concelho do Montijo este problema também se faz sentir, sobretudo no 3º ciclo e ensino secundário, mas, felizmente, sem grande dimensão, mantendo, os Agrupamentos e Escolas, dinâmicas eficazes no preenchimento das vagas. -----

No caso dos mais pequeninos, que destacamos e homenageamos nesta declaração, a creche reabriu logo no dia 1 de setembro, no nosso concelho. -----

O primeiro-ministro, António Costa, assinalou a abertura do novo ano letivo infantil no Montijo, e comemorou um ano do Programa Creche Feliz, com a presença da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e da secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, acompanhados pelo presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Canta, pela vice-presidente, Vereadora Maria Clara Silva, e pelo vereador José Manuel Santos visitaram o Centro Infantil António Marques, da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, entidade que aderiu ao Programa Creche Feliz. A União Mutualista reconvertiu 2 salas nos seus espaços de apoio à infância criando 38 novas vagas no Centro Infantil António Marques e 43 novas vagas na Casa da Criança, o que totaliza 81 novas crianças que passam a ter creche gratuita. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ce...  
F...  
J...

É de salientar o enorme impacto desta medida, particularmente na cidade do Montijo, com uma população muito jovem, com muitas crianças e com a necessidade de alargar a rede de creches de forma a permitir às famílias conciliar a vida familiar com a profissional, por um lado, e alargar os apoios sociais as famílias que deles necessitam. -----

A medida Creche Feliz foi iniciada em setembro de 2022 com o objetivo de promover a disponibilização de creche gratuita a todas as crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021 a frequentar creche, tendo sido pensada para ser implementada de forma faseada, para poder progressivamente abranger cada vez mais crianças, à medida que também a oferta de lugares fosse continuamente aumentada em virtude dos investimentos em curso na construção de novas creches. -----

A medida começou por ser dirigida às creches do setor social e solidário. Em janeiro de 2023 passou a contar com a adesão das creches do setor privado. -----

A medida Creche Feliz é promotora da igualdade de oportunidades, chegando a crianças e famílias que anteriormente estavam impossibilitadas de colocar os filhos em creches por questões financeiras. -----

O Governo estima que até final do ano 85 mil crianças usufruam desta medida. No concelho do Montijo, atualmente, já quase 500 crianças usufruem da medida da gratuitidade da creche em equipamentos das IPSS e em creches privadas (nota adicional: ainda existem vagas por ocupar). -----

No domínio da Educação, a Câmara Municipal de Montijo tem por **missão** contribuir para a melhoria dos níveis de educação e qualificação da população residente no município de Montijo, no âmbito das atribuições legais e



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedeu  
[Handwritten signatures]

regulamentares definidas, em parceria com o Ministério da Educação e Ciência, os estabelecimentos de educação/ensino, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, as associações, as empresas e outras entidades. -----

O executivo socialista da CMM tem sempre assumido e aprofundado as suas competências em matérias de educação, indo frequentemente para além delas. A defesa da escola pública e da qualidade de vida e educação das gerações futuras, não é palavra vã nem 'cliché' eleitoral. Por isso, a Câmara Municipal de Montijo assumiu a descentralização da educação no seu território, com o objetivo de acompanhar e promover, em proximidade e em parceria com os diferentes intervenientes o desenvolvimento, a qualidade da educação pública. -----

Bom ano letivo!" -----

O Senhor **Deputado Municipal – Paulo Alexandre Jorge (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Mais uma vez irei servir de porta-voz do senhor deputado Avelino Antunes, face à situação que já foi aqui falada e que está gravada em imagem. Diz o senhor deputado: *“Foi um protesto pela forma reiterada com a colocação da sua mão e com um sorriso. Em relação à estupidez, o senhor deputado não está a falar de si”* .

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: “Eu pretendo colocar três questões ao senhor Presidente da Câmara. -----

Primeira: Quando é que se resolve o problema do semáforo que está a piscar há bastante tempo, que nem as pessoas podem lá passar, porque os carros não param. -----

Segunda: Falou-se muito aqui do ensino e eu gostaria de saber se a câmara tem dados porque não é de sua responsabilidade saber qual a falta de professores no



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Ades*  
*[Signature]*

ensino do Montijo, mas eu pergunto quantos professores faltam nas áreas específicas. -----

Para terminar, queria saber como se encontra a situação dos barcos, porque cada vez está mais complicada”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Paulo Alexandre Jorge** (CDU), no uso da palavra, leu a seguinte **intervenção**: “Sr. Presidente da Câmara Municipal, está a fazer dois anos que foi aprovado com valor orçamentado por proposta da CDU a necessária obra da Capela Mortuária de Sarilhos Grandes, até à presente data, a gestão camarária do PS ainda nem sequer apresentou o projeto da referida obra! ----- Esperamos que a gestão camarária PS até á próxima Assembleia Municipal apresente o projeto da obra da Capela Mortuária e a previsão do início da obra, caso contrário a gestão camarária do PS torna-se responsável pela inaceitável situação, com todos os reflexos daí resultantes para a população de Sarilhos Grandes que sufragou nas urnas a construção de uma Capela Mortuária digna. - Está na hora e de forma precisa e clara que se avance para a construção da Capela Mortuária de Sarilhos Grandes e que a gestão Camarária PS honre os seus compromissos e cumpra com o plano de atividades e orçamento da câmara aprovado. -----

Estamos convictos que a população de Sarilhos Grandes não irá esperar mais tempo de braços cruzados, antes pelo contrário, e que encetará todas as formas de protesto que entenda necessário pela exigência da concretização das obras da Capela Mortuária de Sarilhos Grandes. -----

Da nossa parte reafirmamos que estamos incondicionalmente ao lado da população nesta sua mais que justa reivindicação. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Cery*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

Outra questão que também não podemos de deixar colocar, é a situação do trânsito na Freguesia de Sarilhos Grandes e, de acordo com o que já colocamos na última Assembleia Municipal é urgente que se avance com a concretização das obras da Estrada Velha da Lançada há anos e anos parada, como um contributo necessário para melhorar o fluxo de trânsito na Freguesia de Sarilhos Grandes e da ligação à Freguesia do Afonsoeiro. Para quando as necessárias obras na Estrada Velha da Lançada? -----

Quais as previsões em termos de tempo? -----

Queríamos também chamar à atenção a falta de apoio para com os parques infantis em Sarilhos Grandes comparativamente com as outras Freguesias.

Outro problema que consideramos muito grave que existe em pelo menos três Freguesias, são as fossas de esgotos à espera 3 e 4 meses para serem despejadas com todos os riscos e problemas para a saúde pública. Que medidas irá tomar a gestão camarária PS para por termo a esta aberrante situação? -----

Outra questão que queremos mencionar e questionar a gestão camarária PS, é sobre a limpeza das ruas e a lavagem dos contentores, para quando e de forma regular vamos ter a limpeza das ruas e a lavagem dos contentores? -----

Estas são questões básicas na melhoria da qualidade de vida das populações, que é imperioso que seja considerada como uma prioridade". -----

A Senhora **Deputada Municipal – Maria Teresa Tapadinhas (PSD)**, no uso da palavra, colocou as seguintes questões: “Para quando está prevista a entrada dos novos assistentes operacionais para as escolas do concelho do Montijo? -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
Lh.  
J. P.

Porque é que a câmara não investe em contratos a tempo para os assistentes operacionais? -----

Porque é que a unidade do agrupamento de escolas do ensino especial ainda não abriu e o que é que se passa com o concurso dos assistentes técnicos para as escolas?" -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, e em resposta às questões colocadas, disse: "Começo por responder ao senhor deputado Cipriano Pisco que pergunta quando é que se resolve o problema do semáforo, que não identifica, mas que eu assumo ser o que fica junto aos INTERMARCHÉ, e dizer que o assunto está já há alguns meses adjudicado a uma empresa, no âmbito de uma série de outros semáforos que também estão por resolver. Infelizmente, por razões que têm a ver com o fornecimento de materiais e com as quais assumimos o atraso, sendo que não é por culpa da câmara nem da empresa, mas sim por culpa da cadeia de distribuição desses materiais. -----

Neste momento e como já devem ter visto, estamos a fazer marcações no passeio com vista à colocação de novos semáforos. Nós vamos reforçar os semáforos, junto ao novo LIDL, como já tivemos oportunidade de dizer a esta assembleia, no mesmo pacote está incluída a recuperação do semáforo de que fala, e a colocação de um novo semáforo junto do jardim inclinado, este para permitir uma circulação mais fácil de retorno ao centro. -----

Dizer ao senhor deputado e a esta assembleia que isto já foi adjudicado há vários meses, não tivemos resposta da empresa e o argumento é a falta logística de materiais, mas espero que em breve se resolva esse problema. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Ceder*  
*[Handwritten signature]*

O senhor deputado também pergunta se faltam professores no Montijo, não tenho condições, obviamente, de vos dar essa informação, mas naturalmente, como faltam professores em todo o País com certeza que também nós temos essa falta. Assim que obtiver essa informação farei chegar, através da Mesa da Assembleia Municipal, ao senhor deputado. -----

Sobre a questão dos barcos da Transtejo, é um problema que recorrentemente e ciclicamente regressa. Nós já chamámos à atenção, desde há muito tempo, e desde há muitos governos, que não podemos continuar com este problema de supressão de barcos, porque isto afeta, as famílias e a vida das pessoas que vão trabalhar. No entanto, e por muito que seja difícil entender, nós Câmara Municipal, temos muita dificuldade em conseguir corrigir estes problemas que são de ordem regional e de ordem nacional, que não podemos negligenciar, não podemos esquecê-los, mas que na verdade, em termos de resolução, temos muita dificuldade em poder dizer-lhes que vamos resolver, porque não podemos. O que podemos continuar a fazer é uma insistência permanente, junto da Transtejo para que corrija este problema e que não suprima carreiras ao Montijo. O senhor deputado da IL falou sobre a Casa da Música e o estacionamento. É uma velha questão, que se colocou desde a sua inauguração e é verdade não temos um parque de estacionamento de apoio. Mas, no entanto, não estamos parados e queremos resolver esse problema. Como é que o vamos resolver? No terreno em frente à Casa da Música, está a ser desenvolvido um loteamento para reconstrução, aliás, está a ser configurado em termos da sua dinâmica de loteamento e nós negociámos com o promotor a necessidade de ter um espaço de equipamento junto à Avenida. Esse espaço tem a finalidade de ser transformado em parque de estacionamento de acesso à Casa da Música. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
[Handwritten signatures]

O senhor deputado Paulo Jorge colocou uma questão importante que tem a ver com a capela mortuária de Sarilhos Grandes. Nós temos um acordo e temos trabalhado com a junta de freguesia de Sarilhos Grandes neste projeto, que não teve um avanço mais rápido porque, uma vez que está dentro do círculo de proteção patrimonial da igreja de São Jorge, em Sarilhos Grandes, é obrigatório que passe pela DGPC. Por esse motivo é um processo mais demorado que obriga inclusivamente a situações de relatórios de escavações e de avaliação arqueológicas, aliás, como fizemos também com a capela de Nossa Senhora da Piedade, onde decorreu grande parte das escavações para aquele projeto, que designámos como SAND de Sarilhos Grandes. Portanto, nós não podemos executar sem o licenciamento da DGPC. Espero ainda este ano, levar esta obra a reunião de câmara para iniciar o concurso público. -----  
Dizer ao senhor deputado que nós não temos falta de vontade em cumprir esse projeto, pelo contrário, temos até muito gosto, mas é um procedimento que não depende totalmente de nós". -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que o senhor Presidente da Câmara tinha esgotado o tempo regimental, mas que no final responderia às restantes questões, dando assim por encerrado o **Período Antes da Ordem do Dia**. -----

Seguidamente a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que a **ORDEM DE TRABALHOS**, foi publicitada através do Edital nº 09/2023, no jornal "Semmais", de 15 de setembro de 2023 e tinha para apreciação e votação os pontos abaixo mencionados: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Ceder*  
*[Handwritten signature]*

**PONTO UM** – Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 04/2023 – “**ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EFETIVO E DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA SUBSTITUTO PARA PARTICIPAR NO XXVI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES**”. -----

**PONTO DOIS** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 674/2023 – “**APROVAÇÃO DO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO DO MONTIJO NO DOMÍNIO DA SAÚDE**”. -----

**PONTO TRÊS** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 676/2023 – “**CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DO MONTIJO E A ASSOCIAÇÃO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO DO MONTIJO (AFPDM) PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO, REFERENTE ÀS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO, ENSINO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PROMOÇÃO CULTURAL, PARA O ANO DE 2023**”. -

**PONTO QUATRO** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 686/2023 – “**1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023 E PLANO DE RECRUTAMENTO ANEXO AO MAPA DE PESSOAL**”. -----

**PONTO CINCO** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 728/2023 – “**ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DO MONTIJO E AFONSOEIRO PARA INTERVENÇÃO EM VÁRIOS PARQUES INFANTIS**”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cede  
Elo  
Helo

**PONTO SEIS** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 731/2023 – “**SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2023**”. -----

**PONTO SETE** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 737/2023 – “**RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO DE MASSAS MINERAIS (PEDREIRA), A INSTALAR NO NÚCLEO DE PEGÕES VELHOS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PEGÕES, MONTIJO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA B), PONTO 2., ARTIGO 6.º DA PORTARIA N.º 162/2011, DE 18 DE ABRIL. PROCESSO: RSP 70/23**”. -----

**PONTO OITO** - Informações do Exmo. Senhor Presidente da Câmara sobre a **atividade municipal**, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Em seguida a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Ordem de Trabalhos. -----

### **ORDEM DE TRABALHOS**

**PONTO UM** – Discussão e votação da proposta da Mesa n.º 04/2023 – “**ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EFETIVO E DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA SUBSTITUTO PARA PARTICIPAR NO XXVI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES**”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Cedee*  
*[Handwritten signature]*

“De acordo com os Estatutos da ANMP, compõem o Congresso desta Associação, três delegados de cada Município associado, e que são o Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto, o Presidente da Assembleia Municipal ou seu substituto e um Presidente de Junta de Freguesia eleito em Assembleia Municipal ou seu substituto. -----

Assim e a fim de representar todas as Juntas de Freguesia deste concelho no XXVI Congresso da ANMP, propomos que se proceda à eleição de um Presidente de Junta de Freguesia efetivo e de um Presidente de Junta de Freguesia substituto”.

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação, essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que foi apresentada à Mesa a seguinte proposta: -----

Como representante efetiva a **Presidente Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, Dinora Caetano** e como representante substituto o **Presidente da Junta de Freguesia de Canha, Armando Piteira.**” -----

Não se verificando a apresentação de mais propostas, procedeu-se de imediato à votação, cuja **DELIBERAÇÃO TOMADA POR ESCRUTÍNIO SECRETO**, foi a seguinte:-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**EFETIVO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SARILHOS GRANDES –  
DINORA CRISTINA ALMEIDA CAETANO:** 20 votos a favor, 5 votos em branco e 1  
voto nulo. -----

**SUBSTITUTO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CANHA, ARMANDO  
JOSÉ CARDEIRA PITEIRA:** 20 votos a favor e 5 votos em branco e 1 voto nulo. ---

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os  
efeitos do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, por forma a  
produzir eficácia imediata. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a reunião,  
eram 00 horas e 15 minutos, do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte  
e três. -----

Informou ainda, que a reunião prosseguiria, às 21 horas do mesmo dia,  
iniciando-se no Ponto Dois da Ordem de Trabalhos. -----

E eu, Maria Antonia Tomás Fontes, Assistente Técnica, da  
Assembleia Municipal, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a  
constituição da mesa. -----

----- A Presidente da Assembleia -----

----- O 1º Secretário -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLÉIA MUNICIPAL

----- A 2ª Secretária -----

*Sancho Lopes*